

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Cobertura completa Eleições 2018

Veículo: Acrítica

Data: 29.10.18

Caderno: Eleições 2018

Página: A1

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

R\$ 2,00 • MANAUS • SEGUNDA-FEIRA • 29 DE OUTUBRO • 2018 • Ano XIX N.º 24.297 • HOJE: 32 páginas, 5 cadernos • CLASSIFICADOS: 3 páginas

acrítica

DE MÃOS DADAS
COM O POVO

fundação
UMBERTO CALDERARO FILHO
RITTA DE ARAUJO CALDERARO

“ Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa, não de um partido, não é a palavra vã de um homem, é um juramento a Deus”

JAIR BOLSONARO, PRESIDENTE ELEITO

ESTADO COM MAIOR VITÓRIA

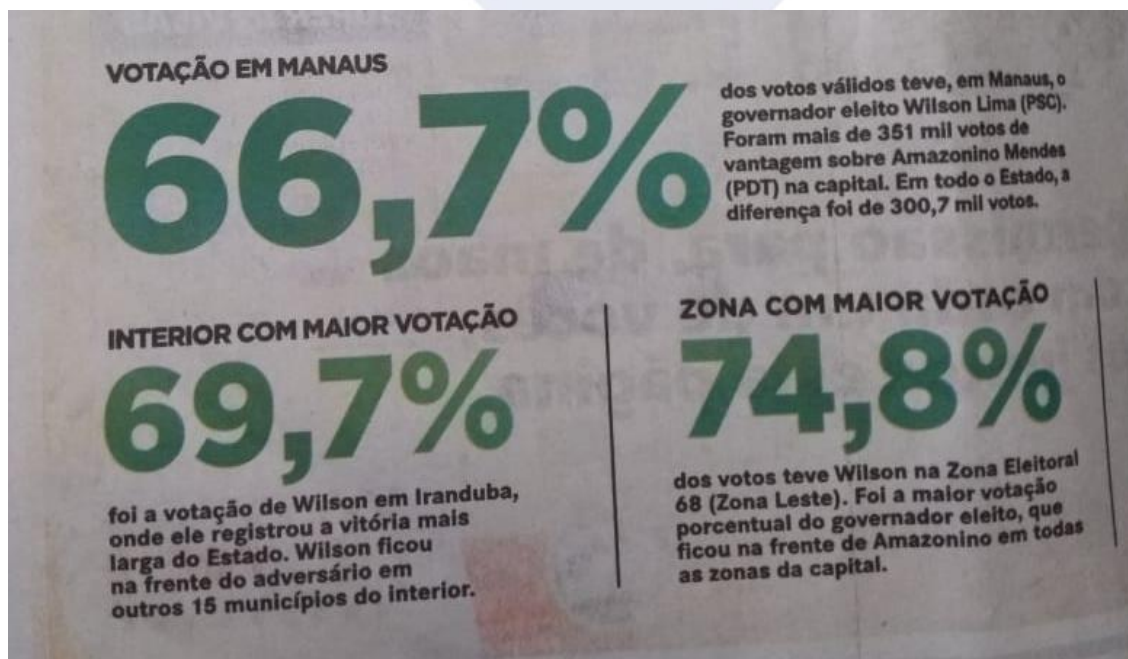
75,9%

dos votos válidos teve Jair Bolsonaro no Estado de Santa Catarina, onde o candidato eleito registrou a maior diferença sobre o petista Fernando Haddad no segundo turno. No Amazonas, Bolsonaro venceu com 50,2% dos votos

PORCENTUAL NO BRASIL

55,1%

dos votos válidos em todo o Brasil foram consagrados a Bolsonaro, que teve 10,7 milhões de votos a mais que Haddad. Mais de 31 milhões de eleitores não foram votar. E mais de 11 milhões votaram branco ou nulo.



Eleições

ELEITOS NO 2º TURNO

Waldez (PDT) ESTADO: AMAPÁ	52,3% votos
Wilson Lima (PSC) ESTADO: AMAZONAS	58,5% votos
Ibaneis (MDB) ESTADO: DISTRITO FEDERAL	69,7% votos
R. Azambuja (PSDB) ESTADO: MATO GROSSO DO SUL	52,3% votos
Romeu Zema (Novo) ESTADO: MINAS GERAIS	71,8% votos
H. Barbalho (MDB) ESTADO: PARÁ	55,4% votos

Wilson Witzel (PSC) ESTADO: RIO DE JANEIRO	59,8% votos
Fátima Bezerra (PT) ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE	57,6% votos
Eduardo Leite (PSDB) ESTADO: RIO GRANDE DO SUL	53,5% votos
Marcos Rocha (PSL) ESTADO: RONDÔNIA	66,3% votos
Marcos Rocha (PSL) ESTADO: RORAIMA	53,6% votos
Moisés da Silva (PSL) ESTADO: SANTA CATARINA	71% votos
João Doria (PSDB) ESTADO: SÃO PAULO	51,7% votos
Belivaldo (PSD) ESTADO: SERGIPE	64,3% votos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Bolsonaro é eleito com 55,1% dos votos válidos

Veículo: Acrítica

Data: 29.10.18

Caderno: Política

Página: A2

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

votos válidos. Haddad teve o apoio de 44,8% dos votantes.

50,29% do total de votos, enquanto o candidato Fernando Haddad ficou com 49,71%.

De brasileiros deixaram de votar ontem. E mais de 11 milhões anularam o voto.

Bolsonaro é eleito com 55,1% dos votos válidos

Candidato do PSL foi eleito presidente da República com 57,7 milhões de votos, enquanto o representante do PT obteve 47 milhões

**SUELEN GONÇALVES
E JOUBERT LIMA**
politica@acritica.com

Jair Bolsonaro (PSL) é o presidente eleito do Brasil para o período 2019-2022. O capitão reformado foi eleito neste domingo com 55,12% dos votos válidos, contra 44,8% de seu oponente, Fernando Haddad (PT). Logo após a confirmação das urnas, Bolsonaro realizou uma live pelo Facebook onde agradeceu aos brasileiros pela vitória, prometendo defender a Constituição, a democracia e a liberdade, além de "pacificar o País" e fazer um governo "para todos os brasileiros".

A ênfase no discurso sobre fazer um governo democrático foi uma resposta às críticas que o presidente eleito vinha sofrendo devido a falas suas e de seus aliados que colocaram em questão instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF).

"Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa, não de um partido. Não é a palavra vã de um homem. É um juramento a Deus. A verdade vai libertar este grande País". O presidente eleito também destacou que

Frase

“ Só cheguei aqui porque vocês, povo brasileiro, acreditaram em mim desde o começo quando eu decidi, sozinho, concorrer à presidência ”
Jair Bolsonaro
presidente eleito

venceu fazendo uma campanha sem muitos recursos, sem um grande partido, e com pouquíssimo tempo de televisão.

Ele venceu em 15 Estados e no Distrito Federal. Perdeu nos nove estados do Nordeste, no Pará e em Tocantins. No Amazonas, a votação foi muito equilibrada, com 50,2% dos votos válidos para Bolsonaro, e 49,7% para Fernando Haddad. O capitão só venceu em Manaus, Apuí e Guajará, sendo que, na capital,

Perfil

NOME: Jair Messias Bolsonaro
IDADE: 63 anos
FORMAÇÃO O presidente eleito é graduado em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército e mestre em Saltos (Brigada Pára-Quedista-RJ).

EXPERIÊNCIA: Bolsonaro está no sétimo mandato como deputado federal pelo Rio. Nesta sessão legislativa, é titular da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e suplente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, além de ter sido membro, em outras sessões, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

alcançou 65,7% dos votos válidos, ampliando a vantagem conquistada no primeiro turno, quando teve 57,3%.

Em Manaus, Bolsonaro venceu em todas as 13 zonas eleitorais da cidade, com destaque para a segunda zona eleitoral,

Frase

“

Vamos juntos mudar o destino do Brasil. Sabíamos pra onde estávamos indo. Agora, sabemos para onde queremos ir

Jair Bolsonaro
presidente eleito

que corresponde a parte do Centro, onde Bolsonaro obteve mais de 74% dos votos.

Já no interior do Amazonas, 59 municípios deram ampla vitória a Fernando Haddad, com destaque para Barreirinha, onde o petista foi a opção de mais de 90% dos eleitores.

Chama atenção também a alta abstenção registrada na eleição deste domingo, 21,2%. Mais de 31 milhões de brasileiros preferiram nem sair de casa para votar no segundo turno. Somando-se aos 2,4 milhões que votaram em branco, e aos 8,6

milhões que anularam o voto, mais de 42 milhões de brasileiros - quase 29% de todo o eleitorado do País - não escolheram nem Jair Bolsonaro nem Fernando Haddad.

TRAJETÓRIA

Jair Messias Bolsonaro, tem 63 anos e é o primeiro militar a chegar à Presidência do País pelo voto desde 1945, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra. Bolsonaro nasceu em Campinas (SP) em 21 de março de 1955. De ascendência italiana, estudou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, e em 1977 formou-se na Academia Militar Preparatória das Agulhas Negras. Em 1973 chegou à patente de capitão.

Começou a carreira política em 1988, quando foi eleito vereador pelo Rio de Janeiro. Renunciou em seguida para concorrer ao cargo de deputado federal, sendo reeleito por seis vezes consecutivas.

Decidiu concorrer à Presidência em 2014, logo após a eleição de Dilma Rousseff, posicionando-se como "anti-PT", o que lhe garantiu grande popularidade entre os opositores ao governo petista. Após flertar com alguns partidos, deixou o PSC para se filiar ao PSL com a inten-

Em números

#

7

Este foi o número de vezes que, o agora presidente, Jair Bolsonaro foi eleito como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro.

57.713.001

Foi a quantidade de votos obtidos pro Bolsonaro em todo o Brasil. O valor corresponde a 55,18%. Fernando Haddad teve 46.875.607, um total de 44,83% dos votos.

ção de concorrer ao Planalto.

O projeto quase foi interrompido pelo atentado sofrido em Juiz de Fora (MG), no dia 6 de setembro, quando o então candidato foi esfaqueado durante um ato de campanha. A partir daí, a equipe de Bolsonaro intensificou a mobilização nas redes sociais e ele venceu o primeiro turno das eleições com expressivos 46% dos votos válidos. A vitória já parecia inevitável.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Com mais de 1 milhão de votos, Wilson vence

Veículo: Acrítica

Data: 29.10.18

Caderno: Política

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)



LARISSA CAVALCANTE E SUELEN GONÇALVES
politica@acritica.com

Wilson Lima (PSC) é o novo governador eleito do Amazonas. Ele venceu a eleição deste domingo com 58,5% dos votos válidos, e chega ao cargo mais alto do Executivo estadual logo na primeira eleição em que concorre, desbancando o governador Amazonino Mendes (PDT) que tem vasta experiência na política amazonense e concorria à reeleição.

“O que está acontecendo no Estado do Amazonas é diferente de tudo do que a gente já viu. O Amazonas começa a escrever uma história diferente. O Brasil pede mudança, o Estado do Amazonas pede mudança, o novo”, declarou o governador eleito em coletiva de imprensa após o resultado da eleição.

Com mais de 1 milhão de votos, Wilson Lima é o governador mais votado da história do Amazonas. O candidato do PSC ultrapassando a votação de Omar Aziz (PSD) em 2010. À época no PMN, Aziz foi eleito no 1º turno com a preferência de 943.955 eleitores.

O jornalista de 42 anos é casado e tem dois filhos. Nasceu na cidade de Santarém, no Pará, em 26 de junho de 1976 e foi criado na cidade de Itaituba, no mesmo Estado, cidade conhecida pela intensa atividade de mineração de ouro. Desde criança tinha o sonho de ser radialista, e enveredou por esse caminho ainda na adolescência.

No setor público, atuou como assessor técnico da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Itaituba. Ainda no Estado vizinho, foi locutor comercial e apresentador na TV Record Itaituba e na TV Tapajós.

Em 2006, Wilson se mudou para Manaus, onde graduou-se em jornalismo e construiu sua carreira no Estado na TV A Crítica, onde atuou como repórter e apresentador de TV. Ganhou visibilidade e popularidade como apresentador do programa Alô Amazonas, da TV A Crítica.

Em 2009, exerceu a função de mestre de cerimônia na Prefeitura de Manaus, na gestão de Amazonino (2009-2012).

Wilson Lima foi filiado ao PV de 2012 a 2016 e ao PR até junho de 2017. A saída do PR foi após a legenda se aliar ao MDB para disputa do governo do Estado nas eleições suplementares.

Wilson Lima concorreu ao pleito pelo Partido Social Cristão (PSC), ao qual se filiou em março deste ano. Junto com o vice-governador eleito, Carlos Almeida (PRTB), outro estreante em eleições, disputou pela coligação “Transformação por um novo Amazonas”, que tinha ainda na composição a Rede, do deputado estadual Luiz Castro. O parlamentar obteve 581.533 votos na disputa por uma das vagas do Senado, mas não foi eleito.

Em 2016, o jornalista chegou a compor a chapa de Marcelo Ramos (PR) para concorrer co-

Frase

“O nosso tempo de televisão no primeiro turno era de apenas 25 segundos e no rádio também, menor que um comercial do intervalo da novela”
Wilson Lima
Governador eleito

Perfil

NOME: Wilson Miranda Lima
IDADE: 42 anos
ESTUDOS: Bacharel em comunicação social com habilitação em jornalismo pela Universidade Nilton Lins em 2010.
CARGOS QUE DISPUTOU: O jornalista não disputou nenhuma eleição para nenhum cargo público até a atual candidatura.
EXPERIÊNCIA: Antes de atuar com comunicação, trabalhou como comerciante em uma agência de viagens e professor em uma escola de idiomas. Desde fevereiro de 2006, trabalha na Rede Calderaro de Comunicação (RCC), onde apresentou os programas televisivos Manhã no Ar e Alô Amazonas. Também atuou na rádio A Crítica.

Frase

“

“O que estamos vendo aqui é algo inédito. Nós chegamos com a vontade do cidadão, essa vontade é soberana e tem que ser respeitada”

Wilson Lima
Governador eleito

Em números

#

702.863

Foi o total de votos obtidos na capital amazonense pelo governador eleito. No primeiro turno ele já havia vencido em Manaus com 596,5 mil votos.

330,8 mil

Foi a quantidade de eleitores que escolheram Lima como governador no interior. Nas 16 cidades onde foi mais votado, foram 152.166 votos.

mo vice-prefeito de Manaus. Entretanto, divergências ideológicas o fizeram desistir da chapa e sair do partido.

SEM MÁQUINA

Ainda com a apuração em andamento, amigos, familiares e fãs do jornalista se reuniram na sede do partido, no Adrianópolis, na Zona Centro-Sul da cidade. Muito aclamado, ele discursou e destacou que não teve ajuda da máquina estatal ou de estrutura do governo.

“O que está acontecendo no Estado do Amazonas é diferente de tudo do que gente já vi. Com estrutura de nenhuma força, de nenhum grupo econômico. O que estamos vendo aqui é algo inédito. Nós chegamos com a vontade do cidadão, essa vontade é soberana e tem que ser respeitada. O que está começando

aqui é uma chama, uma ideia”, afirmou Wilson Lima.

“Eu sou apenas um guardião dessa chama e vou defendê-la assim como defendo a minha vida. Quero agradecer a oportunidade que o povo do Amazonas está me dando. Aqui está a esperança de um povo que não aguenta mais tanto sofrimento, de um povo que não aguenta mais a corrupção, que não aguenta mais as velhas práticas, que não aguenta mais a velha política”, completou.

Para Lima, o resultado das urnas representa a mudança que o povo quer, o abandono da “velha política” como ele pontuou em diversas ocasiões durante a campanha eleitoral.

“Para chegar aqui fizemos uma composição muito pequena, chegamos com a verdade. Ao

lado de pessoas íntegras e que estão seriamente comprometidas em fazer a mudança que o nosso Estado necessita. Eu estou falando isso para dizer a grandiosidade que é esse momento e o que representa a força do cidadão, a força das pessoas. Esse processo não foi fácil, foi difícil. Nós tínhamos plena consciência disso, tínhamos plena consciência de que estávamos entrando numa batalha muito difícil para combater um grupo cheio de vícios e amarras. A minha família foi fundamental nesse processo”, disse o governador eleito.

ELEITORADO

No primeiro turno, o governador eleito venceu em todas as zonas eleitorais de Manaus e também nos municípios de Careiro e Parintins. Com a baixa popularidade no interior, a campanha para o segundo turno de Wilson Lima foi voltada, principalmente, para conquistar o eleitorado dos demais municípios.

Assim como no primeiro turno, Wilson Lima saiu vitorioso em Manaus. A estratégia de focar nos municípios neste segundo turno deu certo e ele conseguiu sair vitorioso em 16 cidades do interior do Estado, ou seja, venceu em oito vezes mais cidades que no primeiro turno.

Além de Careiro e Parintins - onde ele já havia ganhado -, os municípios de Jutai, Envira, Tefé, Novo Airão, Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá, Silves, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Borba, Manicoré e Humaitá elegeram o novo governador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Após eleições, dólar opera em queda

Veículo: Agência Brasil

Data: 29.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-10/apos-eleicoes-dolar-opera-em-queda-e-bolsa-de-valores-em-alta>

Economia

Após eleições, dólar opera em queda

Publicado em 29/10/2018 - 12:33 Por Agência Brasil  Brasília


O dólar opera em queda e a bolsa de valores em alta hoje (29), após a decisão das eleições ontem (28), com a vitória de Jair Bolsonaro na corrida presidencial.

Por volta de 12h, a moeda americana estava cotada para venda a R\$ 3,642, com queda de 0,35%.

Na última sexta-feira (26), o dólar fechou o dia em queda de 1,39% cotado a R\$ 3,6518 para venda.

O Ibovespa, índice da B3, registra alta de 0,78%, com 86.388 pontos. Na sexta-feira, houve alta de 1,95%, com 86.719 pontos.

Saiba mais

 [Dólar encerra semana em queda cotado a R\\$ 3,65](#)

Edição: Maria Claudia

 Tags: [DÓLAR EM QUEDA](#), [IBOVESPA EM ALTA](#), [ELEIÇÕES](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Confiança do empresário do comércio recua 0,2% em setembro, diz CNC

Veículo: Correio Brasiliense

Data: 29.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-10/confianca-do-empresario-do-comercio-recua-02-em-setembro-diz-cnc>

Economia

Confiança do empresário do comércio recua 0,2% em setembro, diz CNC

Publicado em 29/10/2018 - 10:38 Por Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), medido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), recuou 0,2% de setembro para outubro deste ano. Na comparação com outubro do ano passado, no entanto, houve uma alta de 0,4%. Com o resultado, o Icec ficou em 107,7 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos.

Na comparação com outubro, em setembro houve queda nas expectativas do empresário (-0,8%) e nas intenções de investimento (-0,2%). Foi registrada, no entanto, uma alta de 0,9% nas condições atuais do empresário.

Em relação a setembro, os empresários estão mais confiantes no momento atual de suas empresas (1,5%) e do setor (1,5%), mas estão menos otimistas em relação ao futuro da economia (-0,9%).

Na comparação com outubro do ano passado, houve aumentos de 1,3% nas condições atuais do empresariado e de 2,5% na intenção de investimentos, mas foi observada queda de 1,3% nas expectativas dos empresários.

Em relação a outubro do ano passado, o empresariado do comércio está mais confiante no momento atual de suas próprias empresas (3,3%) e na intenção de investimento nesses empreendimentos (7%). Mas houve piora em relação principalmente em relação às expectativas sobre a economia (-2%).

Edição: Maria Claudia

Tags: CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO, SETEMBRO, CNC

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Comissão da indústria imobiliária discute situação do fgts e projeto de indicadores nacionais

Veículo: Cbic Mais

Data: 26.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC_newsletter_162.pdf

COMISSÃO DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA DISCUTE SITUAÇÃO DO FGTS E PROJETO DE INDICADORES NACIONAIS

REUNIÃO TAMBÉM CONTOU COM APRESENTAÇÃO DE OPERAÇÕES DE BANCO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Divulgação



Na última sexta-feira (19), a reunião da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC) contou com as apresentações

da ex-secretária Nacional da Habitação, Henriqueta Arantes, sobre a situação do FGTS; da empresa Brain, sobre tendências de mercado; e do banco ABC, sobre



Celso Petrucci, presidente da CII/CBIC

crédito imobiliário. Realizado na sede do Secovi em São Paulo, o encontro foi aberto pelo presidente da CII, Celso Petrucci.

Para Petrucci, os próximos dois ou três anos deverão ser muito difíceis, independentemente do resultado das eleições e alertou para a necessidade de o setor estar preparado para esse novo momento, em que o mercado imobiliário, mesmo que timidamente, vem mostrando melhores resultados, acompanhando a evolução da economia.

Na sequência, Henriqueta lembrou que o FGTS é, por meio da construção civil, a única forma de geração de emprego de forma rápida e por isso a expectativa de mudança é boa. Ela afirmou que os últimos anos foram muito ruins para o Fundo e que o setor não tem conseguido convencer o Congresso dos perigos em relação ao FGTS embora venha fazendo um árduo trabalho na defesa dele.

A arquiteta e urbanista apresentou tabela com entradas e saídas do FGTS de 2012 a 2017, com projeções de 2018 a 2022, chamando atenção para o equilíbrio que houve entre entradas e saídas até 2015, a partir de quando, segundo ela, começou um desequilíbrio.

Henriqueta esclareceu que o primeiro impacto no Fundo foi a liberação das contas inativas e, desde então,

as saídas foram ficando maiores que as entradas, e, permanecendo a situação atual, em 2022 não haverá nem a obrigatoriedade mínima legal de reserva do fundo, o que significa a impossibilidade de contratações de financiamento. Ela esclareceu que o tema pode chegar a uma situação de o Fundo não ter condições de pagar os compromissos já assumidos.

A ex-gestora do Ministério das Cidades lembrou que a CBIC estava apresentando proposta ao governo federal, tendo como premissa relativa ao orçamento plurianual 2019 a 2020, rever as disponibilidades para garantir, no mínimo, o fundo de liquidez e a parcela de desembolso, a cada início de exercício, buscando garantir a melhor situação de contratação possível, com garantia de recursos para pagamento.

A Brain apontou que o mercado imobiliário continua numa crescente em lançamentos e vendas, com grande destaque para a região sudeste. A análise levou em consideração uma prévia dos indicadores referentes ao terceiro trimestre de 2018, para locais que já disponibilizaram as informações de julho e agosto. A apresentação integra o projeto da CII para elaboração de indicadores nacionais - para o qual a empresa foi contratada - em correalização com o Senai Nacional.

Com relação a crédito imobiliário, o banco ABC fez uma apresentação de suas operações de real state. Presente no Brasil há 29 anos e com sede brasileira em São Paulo, o ABC tem filiais em 15 locais no Brasil e atuação em todas as indústrias. O banco avalia os projetos não pelo custo, mas pelo que gera de caixa, de lucro, ou seja, quanto mais caixa, maior o financiamento.

Hus Morgan, representante do banco, esclareceu que um dos diferenciais é a agilidade na análise e contratação de financiamentos e que as operações de plano empresário, durante a obra, são similares à dos outros bancos brasileiros, mas no repasse, por ser um banco de atacado, não tem financiamento a pessoa física, entrando somente como interveniente quitante.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Como evitar problemas

Veículo: Cbic Mais

Data: 26.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC_newsletter_162.pdf

COMO EVITAR PROBLEMAS

DR. MARCOS SAES - Consultor da CMA/CBIC e Sócio proprietário do Saes Advogados

Tereza Sá



O empresário hoje no Brasil passa por toda a sorte de problemas e incertezas para empreender ou operar a sua empresa. Burocracia, morosidade do Judiciário, alta do dólar, excesso de regulamentação e crises políticas e do mercado. Não à toa, diz-se constantemente que o Brasil não é para amadores.

Sabendo que resolver problemas é algo extremamente complicado, custoso e demorado, o empreendedor deve buscar, a todo custo, evitar que esses problemas ocorram. E certamente a primeira coisa a ser feita para isso é conhecer as causas desses problemas.

Não é novidade para o setor produtivo brasileiro que os chamados "entraves ambientais" podem atrasar

ou até mesmo inviabilizar determinados projetos, obras ou operações empresariais. Mas certamente a melhor forma de conhecer as causas desses chamados entraves é dialogar com os órgãos que executam o licenciamento ambiental, com os chamados órgãos intervenientes (IPHAN, FUNAI, ICMBio e Fundação Palmares) e com o órgão de controle (Ministério Público). De igual forma, deve-se buscar um diálogo franco, aberto e constante com o Poder Judiciário, que é quem julga as questões que não puderam ser resolvidas com os órgãos anteriormente citados.

Pensando nisso que a CBIC, juntamente com outras entidades, realizou o evento "O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogo e perspectivas jurídicas", nos dias 22 a 24 desse mês. Reunindo representantes do Judiciário, MPF, IBAMA, IPHAN, órgãos ambientais estaduais, consultores e empresários, foi possível entender muitas das causas desses entraves, bem como passar a posição do setor produtivo: quer empreender com sustentabilidade, respeitando o meio ambiente e o patrimônio arqueológico, mas precisa fazer isso com segurança jurídica, ou seja, com previsibilidade.

As regras do jogo precisam ser claras, precisam ser executadas dentro de prazos prè estabelecidos e devem ser uniformes. Mas isso não se aplica apenas aos órgãos ambientais e aos intervenientes, isso também deve ocorrer em relação ao Ministério Público e ao Judiciário. Vejamos.

É sabido que talvez uma das prerrogativas mais importantes ao Ministério Público é a independência funcional de seus membros. Mas a Constituição Federal que trouxe essa prerrogativa aos membros do MP também

disse que o órgão é uno e indivisível. Ora, sendo assim, não é razoável que membros do mesmo órgão tenham entendimentos divergentes sobre o mesmo assunto. Não se pode ter esse nível de insegurança para todos os atores envolvidos. Assim, é importante que os assuntos controversos sejam tratados pela instituição de modo a, pelo menos, ter uma orientação clara sobre os temas. Isso não favorece apenas o setor produtivo e os órgãos ambientais, isso fortalecerá o Ministério Público e auxiliará na ocorrência do desenvolvimento sustentável.

De igual forma o Poder Judiciário, talvez com mais facilidade que o MP – justamente por ter instâncias superiores que visam uniformizar a jurisprudência – deve ter posicionamentos claros e conhecidos acerca de como interpreta a legislação. O Poder Judiciário deve dirimir dúvidas acerca da correta aplicação da lei e uma vez dirimidas essas dúvidas, fazer com que todas

as questões iguais sejam julgadas de forma uniforme. Isso trará previsibilidade e até mesmo pacificação social.

Pudemos passar essas posições aos participantes do evento e demonstrar, que o que o empreendedor brasileiro quer e precisa não é facilitação ou flexibilização de qualquer tipo de norma, o que ele precisa é saber com clareza quais são as regras do jogo e saber isso antes de iniciar o esse jogo.

Saimos animados com os diálogos ocorridos e com a certeza de estarmos construindo um novo momento no país, em que as questões relacionadas ao meio ambiente serão tratadas por todos os envolvidos com o rigor necessário mas com a previsibilidade indispensável ao assunto.

Vamos juntos construir o desenvolvimento sustentável!



O Seguro PASI protege os trabalhadores de sua empresa.

PASI

CLIQUE AQUI E SOLICITE UMA PROPOSTA

Convênio **CBIC** Núcleo de Seguros

Reconhecido pela CBIC como o Seguro de Vida Oficial da Indústria da Construção

Central PASI - 4000-1989
contato@pasi.com.br - www.pasi.com.br

[@](#) [f](#) [t](#) [v](#) [in](#) /seguroPASI

Garantia: **MetLife**

Seguro contratado pelo CBIC para os trabalhadores da construção civil. A MetLife é uma empresa do Grupo MetLife, uma das maiores seguradoras do mundo. O seguro PASI é oferecido em nome e por conta da Autoridade, mediante a contratação e pagamento de prêmio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPREENDEDORES APONTAM GARGALOS E APRESENTAM PROPOSTAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Veículo: Cbic Mais

Data: 26.10.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC_newsletter_162.pdf

ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPREENDEDORES APONTAM GARGALOS E APRESENTAM PROPOSTAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

SEMINÁRIO O IPHAN NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS DISCUTIU O APERFEIÇOAMENTO DO LICENCIAMENTO COM FOCO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL



Audatório do CNC, em Brasília, recebeu mais de 200 profissionais das áreas de engenharia, arqueologia, direito, biologia, gestão pública e mineração, entre outras, nos dias 22 e 23 de outubro

Foram 15 horas de debates, palestras e painéis, entre a segunda (22) e a terça-feira (23), durante o seminário 'O Iphan no licenciamento ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas'. Nesta edição, o CBIC MAIS traz uma matéria especial sobre essa parceria inédita entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Confira!

Realizado pelo Iphan e pela CBIC – por meio das suas comissões de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CMA) e da Indústria Imobiliária (CII), e em correalização com o Senai Nacional – o encontro contou com o apoio das confederações nacionais dos Municípios (CNM) e do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O

seminário envolveu presencialmente mais de 200 profissionais das áreas de engenharia, arqueologia, direito, biologia, gestão pública e mineração, entre outras.

O setor da construção propôs uma otimização no enquadramento nos níveis para o licenciamento ambiental (extinção do Nível 2 para empreendimentos de loteamento) e o Ministério Público Federal se manifestou favorável a esse entendimento, considerando que os técnicos teriam mais tempo para atuar naquilo que lhes cabe e que a responsabilidade de veracidade das informações seria do empreendedor. O Iphan se colocou aberto para iniciar esse diálogo.

Segundo o vice-presidente da Câmara Brasileira da

Terezinha 50



Adalberto Cleber Valadão, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Indústria da Construção, Adalberto Cleber Valadão, a temática é estratégica para o desenvolvimento do país e para as gerações futuras, pois a CBIC tem defendido o aperfeiçoamento das normas e procedimentos do licenciamento ambiental em perfeita sintonia com a proteção ambiental e cultural. "Julgamos que é possível

evoluir e esse é o motivo de aprofundarmos o diálogo com o Iphan. Estamos semeando um novo entendimento e, com isso, mais oportunidades de realizarmos projetos e obras estruturantes", afirmou Valadão, que na solenidade de abertura representou o presidente da entidade, José Carlos Martins.

A presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Katia Santos Bogea, afirmou que o órgão absorverá os apontamentos feitos durante o evento para verificar o que pode ser melhorado. "Os últimos dois anos foram muito intensos e nós procuramos resolver o maior gargalo do mercado, que é justamente enfrentar o problema dos prazos, para dar a resposta que os empreendedores necessitam", considerou Bogea no primeiro dia do seminário.

Essas e todas as outras participações ao longo do evento foram transmitidas do auditório da CNC, em Brasília, por meio da página da CBIC no Facebook. As apresentações também estão disponíveis no endereço <https://cbic.org.br/sustentabilidade/downloads/>.

PALESTRAS SOBRE O PAPEL DO JUDICIÁRIO E A NECESSIDADE DE SEGURANÇA JURÍDICA ABREM EVENTO



Terezinha 50

Após a solenidade de abertura do seminário, na segunda-feira (22), o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin realizou a palestra 'A tutela do Meio Ambiente Cultural no Licenciamento Ambiental', na qual analisou a jurisprudência do STJ e fez um corte temático sobre o tratamento dos bens culturais na legislação nacional.

O ministro reforçou o entendimento de que a legislação do patrimônio histórico cultural deve ser interpretada da forma mais protetora possível. "É dever nosso – dos juízes, do administrador e do ator econômico privado –, dar uma interpretação à legislação do patrimônio histórico e cultural, no caso de dúvida, que seja mais favorável à manutenção e à conservação daquele bem",

Therese Sá



Marcos Saes, advogado e consultor da CBIC

resumiu o ministro.

PREVISIBILIDADE

A segunda palestra da manhã foi conduzida pelo advogado e consultor da CBIC Marcos Saes, que explanou sobre 'Licenciamento Ambiental: A necessidade de Segurança Jurídica para a construção do Desenvolvi-

mento Sustentável'.

O advogado citou o excesso de regramentos existentes acerca do licenciamento ambiental e temas relacionados. "Há mais de 20 mil normas regulamentando a questão ambiental. A média neste ano foi de cinco novas por dia, entre as famosas instruções normativas, resoluções e portarias até leis nas diferentes esferas", exemplificou. "Entretanto, o empreendedor precisa de previsibilidade, segurança jurídica. O que ele quer é uma regra que funcione e defina quem licencia o que", defendeu o palestrante.

Saes também levou à mesa a problemática da judicialização de processos que lotam os tribunais e argumentou que uma causa só deve ser levada a um magistrado em último caso. "Em quase tudo discutimos licenciamento ambiental e ele deve ser bem feito. Entretanto, o ideal é ter previamente um zoneamento bem feito, como se faz na Austrália, por exemplo, e, ao idealizarmos um empreendimento, investimos tempo e dinheiro para saber como fazer e não se pode ou não fazer naquele local. Por isso precisamos dialogar e buscar soluções que atendam a todos", afirmou.

ENTIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS DISCUTEM A CONSULTA AO IPHAN NO LICENCIAMENTO E A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NA IN Nº 1/2015

Therese Sá



No primeiro painel do seminário, realizado na tarde de segunda-feira (22), o tema foi 'A Consulta ao Iphan no Licenciamento Ambiental Estadual'. O presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio

Ambiente (Abema) e secretário estadual de meio Ambiente do Espírito Santo, Aladim Cerqueira, ressaltou que o Brasil tem hoje uma grande necessidade de se desenvolver. "Nós temos um país descolado do crescimento

que o mundo está tendo, com dificuldade de geração de emprego e de caixa nos estados e na União, e quem vai nos tirar deste estágio é a atividade econômica, a geração de empregos. São novas atividades, são pessoas assumindo risco", apontou.

Para Cerqueira, é necessário criar caminhos para que empreender no Brasil não seja uma atividade tão causticante quanto tem sido. Ele crê que o licenciamento ambiental é uma das 'pernas' que precisa evoluir, com visão mais estratégica, sem que toda a carga legal vá para o custo da atividade do empreendedor. "Os estados podem ajudar, podem trazer para o cenário muitas soluções, por meio da Abema, pois estamos no operacional e geramos muito conhecimento nos estados", explicou.

Oriundos do Espírito Santo, assim como Aladim Cer-

queira, a superintendente do Iphan local, Elisa Taveira, e Sérgio Fantini, presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), falaram sobre como são cumpridos, em território capixaba, os protocolos pelos órgãos para licenciamento e possíveis soluções para diminuir custos e dar mais celeridade e transparência a processos.

"Hoje a gente tem que ter uma ação concomitante em vários processos. O Iema tem tentado ao máximo trabalhar com municípios, empreendedores e consultorias para que problemas nesse sentido sejam minimizados", revelou Fantini. "Desde 2016, o estado delegou aos municípios várias atividades de licenciamento. A gente precisou então procurar as prefeituras para explicar o Iphan e a instrução normativa para que os técnicos conseguissem entender a necessidade do Instituto estar nesse processo", comentou Taveira.

Itens 56



MUDANÇAS NA IN Nº1/2015

O diretor regional do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) em Campinas, Marcelo Coluccini (foto) informou que os empreendedores têm encontrado dificuldades para aplicação da Instrução Normativa Iphan 01/2015, de 25 de março de 2015, que estabeleceu procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan nos processos de licenciamento ambiental. "Entendo que a solução para muitos problemas esteja na atualização da IN, levando em consideração alguns fatores e experiências adquiridas nestes três anos de vigência da referida norma", opinou.

A principal proposta da Indústria da Construção apresentada por Coluccini é aumentar a área dos loteamentos enquadrados no Nível I, passando dos atuais 6 hectares para 70 hectares, e os responsáveis técnicos por esses empreendimentos passariam a assinar o Termo de Compromisso do Empreendedor, já previsto na normativa, e seriam responsáveis por suspender as obras e comunicar imediatamente o Iphan na hipótese de ocorrência de achados de bens arqueológicos na área do referido empreendimento, sob pena das medidas cíveis e penais cabíveis. Consequentemente, para ele, haveria a extinção da classificação Nível II para os empreendimentos tipo loteamento.

Segundo Coluccini, o Iphan também poderia continuar a exigir estudos de Nível III em áreas inferiores a 70 hectares, desde que elas estejam inseridas em regiões de relevante interesse arqueológico, disponibilizadas através de um levantamento prévio e divulgadas para conhecimento dos empreendedores que tenham interesse em realizar empreendimentos nessa região, para que assim possam se programar quanto ao custo e prazo de aprovação desse projeto. Ele lembrou que a obrigação de o Iphan se manifestar em todos os casos de implantação de edificações com área de projeção superior a cinco mil metros quadrados e em todos os processos de implantação de loteamentos gerou um aumento repentino nas demandas a serem atendidas pelos técnicos das superintendências regionais do instituto, mas que, infelizmente, esse aumento da demanda ocasionou atrasos nas análises dos processos pelo Instituto, que deixou de cumprir os prazos estipulados na Instrução.

"Como a análise do Iphan é uma das etapas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, o atraso nessa etapa acaba gerando um prejuízo em cadeia de todo o processo de início das obras", justificou. "Entendo que dessa maneira, com a otimização da IN, os técnicos do Iphan teriam mais tempo para a realização de fiscalização dos empreendimentos com obras em execução, identificando e autuando os empreendedores que estejam agindo em desacordo com a Instrução Normativa. Com essas propostas, acreditamos na oportunidade de iniciar um grupo de trabalho para alteração da normativa", defendeu Coluccini.

Segundo o diretor do Secovi, além do não atendimento dos prazos, a Indústria da Construção não tem encontrado suficientemente profissionais que atendam aos requisitos exigidos para prestarem os serviços arqueológicos. "A quantidade de arqueólogos é insuficiente para a quantidade de projetos", afirmou.

Teressa Sá



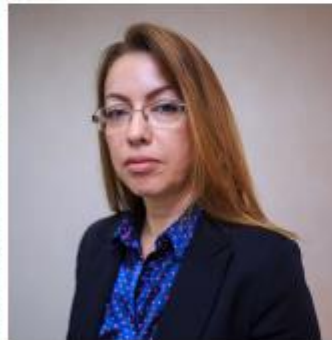
O segundo painel da tarde tratou, no âmbito nacional, 'A Consulta ao Iphan no Licenciamento Ambiental'. Larissa Amorim, diretora de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), afirmou que a autarquia tem procurado aperfeiçoar sistemas e procedimentos para dar maior celeridade aos serviços e apresentou o formato de colaboração entre o órgão e o Iphan. "É uma demanda crescente e contínua, até porque o licenciamento não se finda. O Ibama faz o acompanhamento dele durante toda a sua vida útil", explicou.

Procurador chefe do Iphan, Heliomar Alencar tratou brevemente da inserção da Instrução Normativa Nº 1 de 2015, do Iphan, no ordenamento jurídico e sobre

questionamentos a respeito de sua aplicação no âmbito estadual e municipal.

Em complemento, a difusão, a aplicação e a consolidação da norma foram detalhadas por Roberto Stanchi, coordenador técnico nacional de licenciamento do Iphan, que esmiuçou o trabalho de preservação do patrimônio cultural acautelado no processo de licenciamento e a relação com o Ibama e os órgãos estaduais de defesa do meio ambiente. "Essa relação é essencial pois há diversos bens culturais protegidos por lei que, ainda que fora da competência ambiental, são impactados de maneira irreversível por ações decorrentes de licenças ambientais emitidas", destacou.

Teressa Sá



CONFIANÇA E RESPONSABILIZAÇÃO

Representando o Ministério Público Federal (MPF), a procuradora da República Zani Cajueiro (foto) avaliou a relação entre atores no licenciamento ambiental e lembrou que o MPF busca a interlocução para pacificar divergências, mas que em muitos casos, o órgão judicializa uma causa como forma de recuperar a interlocução. "Não raro, é necessário fazer isso para que se consiga uma liminar", defendeu Cajueiro.

Ela concordou com a proposta de Marcelo Coluccini, do Secovi-SP, para inclusão no Nível I da IN Nº 1/2015 do Iphan licenciamentos até 70 hectares, ampliando o tamanho dos terrenos a serem englobados e simplificando o processo, e que o Instituto tenha poder de polícia, sendo incluído no Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). "O empreendedor que entre para o Nível I ou faça a autodeclaração poderá avançar. Mas se ele quebrar a confiança com o Iphan, ele quebra junto. No Brasil não existe isso, porque o Iphan não tem poder de polícia", ilustrou, sugerindo que o Instituto possa aplicar penalidades em caso de descumprimento de compromissos.

Ainda de acordo com Zani Cajueiro, "o empreendedor que fizer tudo by the book [exatamente de acordo com as regras ou a lei], parabéns para ele. Isso é lei de mercado. Ele vai ter um menor custo. Mas se não fizer, multa nele", reforçou a procuradora, defendendo que se deve confiar no empresário, mas que deve-se poder responsabilizá-lo diretamente.

Como consultor da CBIC, o advogado Marcos Saes (foto abaixo) também apoiou a sugestão de Coluccini, para alterações da IN do Iphan. "Quando o Secovi-SP traz isso ele está falando do empreendedor sério. O empreendedor só quer saber o que ele precisa fazer. E se não fizer, penalização nele, em ação criminal e no que precisar", afirmou. "Nós, da CBIC, defendemos que o empreendedor saiba o que, quando,

Tereza Sá



onde e como fazer; que ele participe do processo e ele se conclua sem judicialização", ratificou.

Segundo o advogado, ele entende que chegou a hora dos arqueólogos do Iphan confiarem nos arqueólogos que não são do Iphan e de consultores do Ibama acreditarem em consultores ambientais que não são do Ibama. "A gente não vai conseguir fazer concurso para ter dois mil funcionários em cada órgão. Muita se paga. Se o empreendimento passar a ser Nivel I e o empreendedor entregar algum relatório falso, é crime. Não precisa nem ficar na responsabilidade administrativa. Pode ser criminal", argumentou.

Marcos Soes (foto) também defendeu que o licenciamento deve prever que medidas compensatórias sejam vinculadas aos impactos do empreendimento e que a otimização normativa do Iphan pode ir além. "Acredito que tivéssemos uma Lei em vez de uma IN, isso seria muito bom para o Iphan, Ibama, setor produtivo, ONGs e MP", apontou o consultor.

ESPECIALISTAS DEBATEM CRITÉRIOS PARA LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTOS

Tereza Sá



Na terça-feira (23) pela manhã, o painel de abertura tratou de 'Critérios para atuação do Iphan no licenciamento de loteamentos'.

O diretor do Centro Nacional de Arqueologia do Iphan, Flávio Calippo, analisou a manifestação do Iphan sobre os projetos de loteamento no estado de São Paulo entre os anos de 2015 e 2017. Ele também apresentou as ações do Centro para o aprimoramento da avaliação do impacto ao patrimônio arqueológico, em especial por meio do monitoramento e da normatização dos processos.

Representando a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a gerente de fiscalização Mayla Fukushima comentou a experiência da repartição a partir da Instrução Normativa do Iphan Nº 1 de 2015, citando a elucidação de impasses sobre o modo de aplicação e sobre problemas nos licenciamentos. Ela também apontou as soluções que vêm sendo discutidas com o Instituto, como o aprimoramento das linhas de corte para estudos arqueológicos.

Andrey Schlee, diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan lembrou

que o Instituto se impõe desde 1937 como instituição responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e combateu a ideia de que o Instituto "atrapalha". "Retirar o Iphan do licenciamento é estabelecer o caos, porque o que vai haver é embargo de obra e judicialização de procedimentos e de ações diretas, emperrando o desenvolvimento nacional", afirmou.

Sócia-fundadora da A Lasca Consultoria, Lúcia Juliani,

fez apresentação técnica sobre as características de sítios arqueológicos e sobre o conjunto normativo atual para a avaliação em áreas de loteamentos. A pesquisadora também esmiuçou a relação entre a tipologia e a dimensão de empreendimentos e o potencial de existência e localização de sítios arqueológicos, utilizando fotos e mapas da identificação recente de materiais pré-históricos em loteamentos no Vale do Paraíba, em São Paulo.

Terça 23



O vice-presidente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Sindicato da Habitação (Secovi-SP) e presidente da Aelo (Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano), Caio Portugal (foto) falou sobre o diálogo com o Iphan para o desenvolvimento de loteamentos e sobre o licenciamento a partir da INN^o1/2015.

"A nossa proposta de construir alguma forma de uma revisão dos níveis [da instrução normativa] é para enquadrar aquilo que possa ser definido como autodeclaratório, com o mínimo de orientação básica para que os empreendedores alimentem o sistema e o Iphan continue com o sistema de comando, controle e fiscalização desses projetos", explicou, apontando para a possibilidade de indicação de áreas que devem ser vistoriadas ou não.

Portugal citou ainda, como fatores complicadores para o licenciamento, as faltas de profissionais capacitados, de padrão no processo e de atendimento regional do Iphan para esclarecimento de dúvidas; o alto custo; a inexistência de mapeamento das áreas de proteção nas regiões urbanas e de definição em relação ao prazo e custo da avaliação arqueológica; e a necessidade de publicações de portarias centralizadas em Brasília; entre outros pontos.

MERCADO E GOVERNO DIALOGAM SOBRE LICENCIAMENTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA E MINERAÇÃO



No início da tarde de terça-feira (23), o painel 'A Aplicabilidade do Nível IV' se referiu ao tipo de licenciamento – previsto na Instrução Normativa N^o1/2015 do Iphan –

para implantação de linhas de transmissão de energia (acima de 138 quilovolts) e de páteo de aerogeradores em parques eólicos, devido ao potencial de impacto

ambiental que representam.

O coordenador técnico nacional de Licenciamento do Iphan, Roberto Stanchi, apontou que o Nível IV permite um processo de licenciamento ambiental mais previsível, regulado e com tempos de tramitação mais claros para os empreendedores. "A IN acaba avaliando empreendimentos de diversas tipologias que causam impacto ao patrimônio cultural que antes não eram

avaliados", garantiu.

O argumento foi reforçado pelo coordenador de Pesquisa e Licenciamento do órgão, Eric Lemos. Ele apresentou gráficos sobre a agilização de licenciamentos de grandes empreendimentos. "As obras relacionadas a geração e transmissão de energia representam quase 90% dos pedidos que recebemos hoje e o processo do Nível IV tem contribuído muito para acelerar o processo", disse Lemos.



O representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sini-con) e CBIC, Alexandre Nunes da Rosa (foto), destacou aspectos dúbios do Nível IV e a necessidade da exigência do mercado por mais segurança jurídica, agilidade e coerência e unificação de posicionamentos dos órgãos licenciadores. Ele também cobrou excelência técnica, tanto do Iphan e de institutos estaduais, como dos empreendedores. Rosa ainda pediu responsabilização da atuação de agentes externos de fiscalização, como o Ministério Público, em casos anômalos.

Representantes da Engie Brasil (braço nacional da empresa), o engenheiro e gerente de projeto Giuliano Pasquale e a arqueóloga Karen Schroder, apresentaram a estrutura de planejamento, licenciamento e implantação de projetos de transmissão de energia no Paraná, detalhando as etapas de mapeamento de restrições técnicas, ambientais, sociais e fundiárias, assim a estratégia de licenciamento.

Com 30 anos de experiência, a diretora da Scientia Consultoria Científica, Solange Caldarelli, detalhou as inovações da IN Nº 1/2015 do Iphan na atividade e solicitou atualizações da norma. Ela compartilhou detalhes de sua participação em licenciamentos ambientais de empreendimentos rodoviários, ferroviários, aeroportuários, energéticos, minerários e urbanísticos, em todas as regiões do país para exemplificar o impacto de alterações legais sobre a atividade.



MINERAÇÃO

O painel final teve a moderação do coordenador de Pesquisa e Licenciamento do órgão, Eric Lemos, e a participação do coordenador de Geologia e Mineração do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Edmilson Rodrigues da Costa; do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pedras Ornamentais (Abirochas), Paulo Orcioli; de Sandra Maia, assessora do Comitê de Cadeia Produtiva da Mineração; e da superintendente do Iphan no Amazonas, Karla Bitar.

A superintendente do Iphan no Amazonas traçou um panorama da atuação do órgão no estado e destacou que o déficit habitacional vem forçando a ocupação de sítios arqueológicos e correlacionou a atividade de mineração, por meio da produção de tijolos e telhas, por exemplo, como contribuinte para a indústria da

construção e imobiliária no sentido de prover a incorporação de residências necessárias.

Edmilson, Paulo e Sandra destacaram fortemente a geração de empregos, o impacto econômico no comércio nacional e exportações e a relevância estratégica das atividades de extração mineral não energética (ou seja, excluindo gás e petróleo) no Brasil, além das características do trabalho realizado em cada setor. Todavia, os gestores e representantes coincidiram em críticas quanto ao licenciamento na atividade, devido aos prazos superiores a outros países, elevado custo dos estudos ambientais, desestruturação e fragilidade dos órgãos fiscalizadores e licenciadores, imprevisibilidade para obtenção de licenças, excessiva intervenção do Ministério Público em processos e exigência de condicionantes muito além dos impactos reais dos projetos, entre outros pontos.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Eleito vai gerenciar quase R\$ 17 bilhões

Veículo: Acrítica

Data: 28.10.18

Caderno: Tema do dia

Página: A3

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Eleito vai gerenciar quase R\$ 17 bilhões

Lei orçamentária para 2019, primeiro ano do governador que for eleito no próximo domingo, está estimada em R\$ 16,8 bilhões

LARISSA CAVALCANTE

politica@acritica.com

Independente do resultado das eleições deste domingo, o próximo governador do Amazonas vai receber o Estado com o orçamento estimado em R\$ 16,8 bilhões para gestão fiscal de 2019. Esse valor está aquém do que já foi autorizado para este ano.

De acordo com dados disponíveis no Portal da Transparência do governo do Estado, a dotação orçamentária para este ano era de R\$ 15,3 bilhões, com a entrada de receitas já foram autorizados R\$ 17,6 bilhões, acréscimo R\$ 2,3 bilhão. Do ano passado, o governo tem a pagar um montante de R\$ 123,5 milhões.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) com a receita prevista de R\$ 16,8 bilhões será encaminhada em novembro para discussão na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), conforme anúncio do presidente da Casa, David Almeida (PSB).

A votação da LOA marca o início do recesso parlamentar e o término da atual legislatura. Em 2017, por conta de impasses entre os deputados, a aprovação da matéria ocorreu após a data estabelecida na véspera da virada de ano.

INFRAESTRUTURA

O próximo chefe do Executivo terá a missão de finalizar a construção do Anel Viário Sul, situado na avenida José Henrique Bento Rodrigues, no cruzamento com a avenida Torquato Tapajós, no Monte das Oliveiras, Zona Norte de Manaus. O complexo vai interligar o Distrito Industrial ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e melhorar o tráfego de veículos pesados no perímetro central da cidade.

Cabe ao próximo governador o desafio de dar continuidade e concluir as obras de duplicação da AM-070, a rodovia Manuel Urbano, que liga os municípios de Iranduba e Manacapuru a Manaus.

SEGURANÇA PÚBLICA

Outra frente que terá de agir é o combate à criminalidade e com a população carcerária que soma

Suplementar

Além de votar para governador e presidente da República, os 10,2 mil eleitores de Novo Airão (a 115 km da capital) e 7.452 de Anamá (a 168 km de Manaus) também vão às urnas neste domingo para eleger novos gestores após a cassação dos prefeitos eleitos em 2016.

9.816 detentos distribuída em dez unidades prisionais na capital e oito no interior. Também medidas para aumentar o efetivo de servidores na segurança pública do Estado. O efetivo da Polícia Militar é de sete mil policiais, sendo cinco

Em números

#

14

unidades da Federação, sendo 13 estados e o Distrito Federal escolhem hoje governador, além do presidente da República. Em 19 municípios do País serão realizadas as eleições suplementares para prefeitos e vice-prefeitos.

mil na capital e dois mil homens no interior, segundo o Comandante Geral Coronel Cláudio da Silva.

Enquanto a Polícia Civil possui 1.887 servidores distribuídos entre as delegacias da capital e do interior. Há quatro anos, 20 municí-

Maioria na ALE é estratégica

Na composição da Assembleia Legislativa do Estado da legislatura 2019 o Partido Progressista (PP), da candidata à vice-governadora Rebecca Garcia, apresenta a maior bancada. Com o resultado das eleições, o partido saltou de dois para quatro representantes.

Junto com o PR, a coligação de Amazonino Mendes (PDT) foi a que mais garantiu cadeiras na Casa Legislativa, total de seis. Além do correligionário, o deputado Adjuto Afonso. Considerando os representantes eleitos de partidos aliados

como PV, PHS e PRP, Amazonino soma 12 deputados aliados.

Wilson Lima (PSC) não teve nenhum deputado da coligação eleito. Todavia, já tem deputados aliados na casa. O analista político, Afrânio Soares, afirmou que é comum o novo governante garantir a maioria no Legislativo.

As articulações dentro da Assembleia pelo comando da Casa estão a todo vapor. Apesar da movimentação dos deputados já ter iniciado, a escolha do novo presidente terá a influência do próximo governador.

Migração exige ação articulada


Dados da Polícia Federal mostram que entre 2017 e 2018, 176.259 venezuelanos entraram pela fronteira de Pacaraima (RR). O Amazonas recebeu o terceiro maior número de solicitações de refúgio com 2.864 pedidos em 2017. De janeiro a 25 de outubro, a Cáritas Arquidiocesana de Manaus realizou 5.395 atendimentos de venezuelanos em busca de assistência social, proteção jurídico, cursos e auxílios diversos.

“Por dia cerca de 60 venezuelanos nos procuram. A maioria dos venezuelanos que viajam para Manaus por conta própria chega pela rodoviária. Sem ter para onde ir, ficam nas ruas vivendo de

forma improvisada. Outro caminho é pelo programa de interiorização do governo federal com lugar certo para serem recebidas”, afirmou o padre Orlando Barbosa, vice-presidente da Cáritas.

Para o padre, o próximo governante deve implantar o Plano de Política de Migração e Refúgio do Estado. “Na prática, teremos o acolhimento dos migrantes, o processo de documentação e o acompanhamento. O governo Estadual poderá captar recursos do governo federal para que o Estado mantenha a casa, os técnicos e a arquidiocese continue com as ações de solidariedade”, explicou o sacerdote.

Comentário

 POR **Afrânio Soares** ANALISTA POLÍTICO

Orçamento já está comprometido

“Tradicionalmente, o orçamento do primeiro ano de governo, seja um novo governador ou a continuidade da gestão anterior, já está comprometido com o (governo) atual uma vez que já fez compromissos que afetam toda a receita a ser obtida no ano vindouro.

Neste orçamento, as obras de andamento de infraestrutura são as que consomem a maior quantidade de recursos. Também é tradição quando assume um novo governo que essas obras sejam revistas e os contratos podem vir a ser sus-

pensos caso se constate algum tipo de irregularidade.

Em relação a investimentos em áreas como educação, saúde ou segurança pública, é muito provável que se o gestor capte no mercado financeiro recursos para realizar ações uma vez que o orçamento estará comprometido.

Desemprego no Estado e o fluxo migratório é preocupação para o governo atual ou um novo gestor. Vale lembrar que políticas migratórias em parceria com o Governo Federal deverão ser o carro chefe para resolver esses problemas.”

Mais de 220 mil desempregados

O Amazonas possui mais de 220 mil desempregados e neste ano recuperou apenas oito mil novos postos de trabalho, até o momento. A informação é do superintendente regional do trabalho, Gilvan Motta. “No Brasil, já recuperamos 800 mil empregos em relação a 2017”, afirmou.

Conforme Motta, a tendência é de redução no índice de desemprego em virtude do período de festas de final de ano marcado pela contratação de temporários no comércio que reflete no aumento da produção nas fábricas.

“A indústria é um setor muito crítico e preocupa porque a nossa economia é centrada no polo

industrial. Sabemos que ao longo de 2016 e 2017 tivemos muitas perdas, ameaças ao funcionamento do próprio polo e o número de empregos a menos na indústria é reflexo de todas as crises que o Brasil passou desde 2014”, avalia.

Em setembro de 2018, o Amazonas teve um ganho de 1.814 novos empregos em relação ao mês anterior. Encerrando o mês com 10.923 contratações e 9.109 desligamentos, melhor desempenho dos últimos cinco anos, segundo dados do Ministério do Trabalho. O setor de serviço foi o que mais empregou no período, seguido pela construção civil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Conta de luz terá bandeira tarifária amarela em novembro

Veículo: D24AM

Data: 26.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/conta-de-luz-tera-bandeira-tarifaria-amarela-em-novembro/>

ECONOMIA

Publicado em 26 de outubro de 2018 às 18:07

Conta de luz terá bandeira tarifária amarela em novembro

A bandeira amarela tem custo de R\$ 1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Assim, haverá uma redução na cobrança em relação aos cinco meses anteriores, quando a bandeira foi vermelha

Agência Brasil / redacao@diarioam.com.br



Brasília – A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta sexta-feira (26) que a bandeira tarifária que será aplicada nas contas de luz em novembro será amarela. Assim, haverá uma redução na cobrança em relação aos cinco meses anteriores, quando a bandeira foi vermelha.



A justificativa para a redução na cobrança está no início do período de chuvas. (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil).

A bandeira amarela tem custo de R\$ 1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Já a bandeira vermelha, que vigorava desde junho, prevê cobrança de R\$ 5 a cada 100 kWh.

A justificativa para a redução na cobrança está no início do período de chuvas. Segundo a Aneel, apesar de os reservatórios ainda estarem com níveis reduzidos, a agência acredita que com o início da estação chuvosa haja elevação gradual no nível de produção de energia pelas usinas hidrelétricas.

Sistema

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. A adoção de cada bandeira, nas cores verde (sem cobrança extra), amarela e vermelha (patamar 1 e 2), está relacionada aos custos da geração de energia elétrica. No patamar 1, o adicional nas contas de luz é de R\$ 3 a cada 100 kWh; no 2, de R\$ 5.

Dicas de economia

Para evitar aumento significativo nas contas, a Aneel faz algumas recomendações aos consumidores, entre as quais de banhos mais rápidos para quem usa chuveiro elétrico, e optar por temperatura morna ou fria.

A agência sugere também a diminuição no uso do ar-condicionado e que, quando o aparelho for usado, não se deixem portas e janelas abertas. Além disso, é preciso manter limpo o filtro do aparelho. Outra sugestão é que o consumidor fique atento ao tempo em que a porta da geladeira fica aberta e que nunca se coloquem alimentos quentes em seu interior.

Outras dicas são juntar as roupas para serem passadas de uma só vez e não deixar o ferro ligado por muito tempo e, em caso de longos períodos de ausência de casa, evitar que os aparelhos fiquem no sistema *stand-by* (em espera). Nesse caso, o mais indicado é retirá-los da tomada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Saldo de locações imobiliárias de alto padrão cresce 737%

Veículo: Investimentos e Noticias

Data: 26.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://www.investimentosenoticias.com.br/noticias/mercado-imobiliario/saldo-de-locacoes-imobiliarias-de-alto-padrao-cresce-737>

Saldo de locações imobiliárias de alto padrão cresce 737%

Outubro 26, 2018



Foto: Divulgação

O terceiro trimestre de 2018 vem marcado por um cenário de reaquecimento do mercado imobiliário de escritório de alto padrão em São Paulo. Segundo as estatísticas da Colliers International Brasil, a absorção líquida - saldo da diferença entre as áreas locadas e as áreas devolvidas - cresceu 737% na capital em comparação ao trimestre anterior. Enquanto nos meses de abril, maio e junho o saldo foi de 8,4 mil m², nos últimos três meses o valor chegou a 62,3 mil m².

A região com maior absorção líquida é da Chácara Santo Antônio (21,1 mil m²), seguida pela Chucrí Zaidan (17,7 mil m²) e Vila Olímpia (16,5 mil m²). Em relação à absorção bruta, quantidade de locações realizadas no período, o destaque fica com da Vila Olímpia (22,2 mil m²). Em segundo lugar vem a Chácara Santo Antônio (21,6 mil m²) e na terceira posição encontra-se a Chucrí Zaidan (18,4 mil m²).

Taxa de vacância. Embora a capital tenha recebido mais estoque - foram entregues, nos meses de julho, agosto e setembro, 41,6 mil m² de áreas de alto padrão para locação -, a taxa de vacância apresentou queda. A diminuição foi de um ponto percentual, caindo de 21% no segundo trimestre de 2018 para 20% neste último trimestre.

Individualmente, a região que apresentou redução mais significativa na taxa de vacância foi a Chácara Santo Antônio. O valor caiu 13 pontos percentuais, indo de 59% entre abril, maio e junho para 46% no terceiro trimestre de 2018. A segunda colocada é a região da Vila Olímpia que viu sua taxa de vacância diminuir 10 pontos percentuais, de 16% para 6% no mesmo período. No terceiro lugar, empatam as regiões da Barra Funda, JK e Pinheiros com redução de 3 pontos percentuais.

Preço médio. Seguindo a tendência de queda desde o começo do ano, o preço médio pedido caiu mais um R\$ 1. O valor passou de R\$ 84 m²/mês para R\$ 83 m²/mês na comparação entre o segundo e o terceiro trimestre deste ano. As regiões da Faria Lima (R\$ 134 m²/mês), JK (R\$ 112 m²/mês), Itaim Bibi (R\$ 110 m²/mês) apresentaram os maiores preços da cidade. Enquanto isso, os preços mais acessíveis estão na Marginal Pinheiros e Santo Amaro (R\$ 55 m²/mês) e na Chácara Santo Antônio (R\$ 66 m²/mês) e Barra Funda (R\$ 78 m²/mês).

A pesquisa realizada pela Colliers abrange as regiões Barra Funda, Berrini, Chácara Santo Antônio, Chucrí Zaidan, Faria Lima, Itaim Bibi, Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Paulista, Pinheiros, Santo Amaro e Vila Olímpia.

Classe B. Nos imóveis de classe B da cidade de São Paulo, a taxa de vacância também caiu um ponto percentual. O índice foi de 22% na medição dos meses de abril, maio e junho para 21% no terceiro trimestre de 2018. Já a absorção líquida seguiu a tendência do trimestre anterior e apresentou aumento. O valor cresceu 14,6%, passando de 21,2 mil m² para 24,3 mil m² no atual período. Em relação aos preços médios pedidos de locação, o valor fechou o período em R\$ 73 m²/mês, estável em relação ao trimestre anterior.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Média salarial paga no PIM cresceu R\$ 90

Veículo: D24AM

Data: 28.10.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/media-salarial-paga-no-pim-cresceu-r-90/>

ECONOMIA

Publicado em 28 de outubro de 2018 às 07:30

Média salarial paga no PIM cresceu R\$ 90

De acordo com os indicadores industriais da Suframa, a média salarial paga, em agosto de 2017, foi de R\$ 2.605, chegando a R\$ 2.695, em agosto deste ano, no PIM

Emerson Medina / redacao@diarioam.com.br



Manaus – Divulgado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), os indicadores industriais de agosto assinalaram a estabilidade da média salarial paga aos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM). Até o oitavo mês de 2018, a média paga pelas fábricas do parque industrial variou pouco mais de R\$ 90, saindo de R\$ 2.605, em 2017, para R\$ 2.695, no último balanço.

Entre os subsetores, a produção de isqueiros e outros descartáveis foi a que pagou a maior média salarial, com pouco mais de R\$ 3,7 mil, enquanto a de material de limpezas remunerou média pouco acima de R\$ 3,3 mil.

Entre os setores com maior volume de produção e faturamento do PIM, o de Eletroeletrônicos teve média de R\$ 2,4 mil com a ocupação de 12,4 mil funcionários. Já o polo de Duas Rodas pagou, em agosto, média de R\$ 3,4 mil, com a manutenção de 31,7 mil vagas de emprego.

Em agosto, o Polo Industrial de Manaus empregou 86.779 trabalhadores, entre efetivos, temporários e terceirizados, o que indica um crescimento de 0,8% em relação a julho (86.093 trabalhadores) e também a um aumento de 0,45% em relação a agosto de 2017 (86.385 trabalhadores). A média mensal de 2018, ao final de agosto, foi de 87.232 trabalhadores, o que representa um crescimento de 1,78% em relação à média mensal no mesmo intervalo de 2017 (85.690 trabalhadores).

Se a média salarial variou pouco, em agosto, em relação ao igual período do ano passado, o faturamento das indústrias apresentou crescimento de 17,81%, no acumulado de janeiro a agosto, sobre o acumulado igual de 2017. O PIM faturou, em agosto, o montante de R\$ 8,48 bilhões – seu melhor resultado mensal de 2018 – e chegou a um faturamento no acumulado dos oito primeiros meses do ano de R\$ 60,36 bilhões.

Em dólar, o faturamento no acumulado de 2018 atingiu US\$ 16,99 bilhões, perfazendo crescimento de 4,82% em relação ao mesmo intervalo do ano passado (US\$ 16,2 bilhões).

Até agosto, oito dos dez principais subsetores de atividades por representatividade de faturamento – Eletroeletrônico, Bens de Informática do Polo Eletroeletrônico, Duas Rodas, Químico, Metalúrgico, Termoplástico, Mecânico e Bebidas – apresentaram aumento de faturamento.

As exportações do PIM fecharam os oito primeiros meses de 2018 com o volume de vendas externas de US\$ 347,85 milhões, o que indica crescimento de 9,03% ante o mesmo intervalo de 2017 (US\$ 319,03 milhões).

Mais notícias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter | Edição 162](#)

G1

[Brasil é cheio de oportunidade para quem quer empreender](#)

Acrítica

[Governador terá orçamento de R\\$ 16,8 bilhões para gerir em 2019](#)

AGENDA

Novembro

22 | Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição 2018

SEMINÁRIO NACIONAL ABRECON 2018
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA
CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

NATIONAL SEMINAR OF
CONSTRUCTION AND
DEMOLITION WASTE IN BRAZIL

às 08h
22/NOV

**PARTICIPE DO
MAIOR EVENTO
DE RCD DO BRASIL**

Junto a Waste Expo 2018,
no Centro de Exposições Pro Magno
em São Paulo - SP



SINDUSCON-AM - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas | Av. Djalma Batista,
nº 1719, andar 7, sala 709/710, Edifício Atlantic Tower - CEP 69.050-010